18 de abril de 2023

Consulta Pública relativa à proposta de atualização do Plano de Recuperação e Resiliência

Posição da Indústria Cimenteira Nacional
Resumo

- A Associação Técnica da Indústria de Cimento (ATIC) representa a Indústria Cimenteira nacional e tem como associadas a CIMPOR e a SECIL.
- A Indústria Cimenteira é fundamental para a economia local, nacional e europeia e assume essa responsabilidade em total consonância e respeito pelos princípios ambientais expressos no atual enquadramento legislativo, apresentando um efeito multiplicador na economia portuguesa – estima-se que por cada euro de valor acrescentado na fileira de cimento e betão são gerados cerca de 3 euros na economia.
- A proposta de atualização do PRR agora em consulta pública, apesar de naturais limitações, revela-se uma evolução positiva face ao atual PRR em execução graças ao reforço de cerca de 4 mil M€ destinados ao financiamento de novos investimentos e ao reforço da ambição de um conjunto restrito de investimentos já definidos no PRR em vigor.
- De facto, impõe-se uma atualização do PRR dado o novo contexto desde a sua implementação – crise energética; disrupções nas cadeiras internacionais de abastecimento, constrangendo o acesso a matérias-primas; aumento generalizado da taxa de inflação. Neste sentido, são identificadas novas reformas e novos investimentos e outros cuja ambição é reforçada ao longo do documento em consulta, mas que só serão materializáveis se as decisões forem céleres e os recursos transferidos atempadamente.
- Entendemos como urgente a garantia de condições para as empresas investirem financeiramente em projetos, nomeadamente os que compensem as emissões na sua cadeia de valor. Alavancar atempadamente o PRR e os fundos contemplados no Portugal 2030 tem de ser uma das prioridades do país e das empresas portuguesas com vista ao objetivo da sustentabilidade e competitividade do país e do seu tecido empresarial. As grandes empresas assumem neste âmbito um papel fulcral na resposta que será dada aos enormes desafios que atualmente enfrentamos.
- Assim, reforçamos a necessidade de aprovação e comunicação das candidaturas anteriores cujo atraso verificado à data terá repercussões extremamente gravosas impactando em última análise a prossecução e viabilidade dos projetos submetidos na primeira fase.
- A redução e simplificação da carga administrativa e regulamentar impõe-se. Os custos de contexto existentes em Portugal são um encargo financeiro que diminuem a competitividade do país e do seu tecido empresarial em comparação com os restantes países europeus. Mas também deverá ser dada especial atenção à qualificação dos recursos humanos da administração pública por forma a agilizar e tornar mais eficiente a própria execução dos

Associação Técnica da Indústria de Cimento
Rua Central Park, Edifício 3, N.º 6, 4º C – 2795-242 Linda-a-Velha
Tel: + 351 21 351 08 30 - Fax: +351 21 351 08 38 - E-mail: cimento.atic@atic.pt
www.atic.pt

fundos. Seria muito importante a implementação de um modelo do tipo One-Stop-Shop que permitisse simplificar o acesso a fontes combinadas de financiamento, tanto a nível da UE como a nível nacional, através de uma aplicação onde as fontes de financiamento, a aplicação e o prazo de aprovação estão coordenadas, permitindo assim um acesso mais agilizado, fácil e transparente.

- A necessária desburocratização e maior celeridade nos processos de licenciamento dos investimentos a realizar, não só os referentes aos Projetos de Energias Renováveis, mas a todos os projetos prementes que se enquadrem como fundamentais à transição verde e digital, tem de ser a realidade, o que se torna ainda mais urgente dado o horizonte temporal apertado de concretização dos investimentos PRR. É fundamental aproveitar esta reprogramação para ultrapassar constrangimentos atuais como os atrasos verificados na avaliação das candidaturas ou no lançamento dos concursos, ou a procura escassa e ainda a definição de metas demasiado ambiciosas difíceis de concretizar.
- Em paralelo, deve-se garantir estabilidade fiscal a longo prazo para os investimentos verdes através de políticas sólidas. Importa adotar uma redução transversal da carga fiscal, bem como uma simplificação do enquadramento fiscal que muito apoiariam a estratégia de crescimento das empresas.
- Alertamos para o facto de que a desejável descarbonização da economia deverá passar, para além da adoção de modelos de economia circular, também pela criação de mecanismos que valorizem a criação de simbioses industriais sempre numa perspetiva da indústria se tornar cada mais sustentável e competitiva. É necessário aumentar e melhorar a utilização de resíduos nãorecicláveis e promover a sua valorização como matérias-primas alternativas e como combustíveis alternativos, nomeadamente matérias-primas alternativas descarbonatadas e combustíveis derivados de resíduos. Tal, só será possível, minimizando a deposição de resíduos em aterro e cumprindo a hierarquia da gestão de resíduos. Ainda neste âmbito, não podemos deixar de destacar que o coprocessamento representa uma solução segura e ambientalmente vantajosa para vários fluxos de resíduos que, de outra forma, não seriam valorizáveis, permitindo também dar resposta aos refugos dos processos de reciclagem dos resíduos urbanos, que de outra forma dificilmente seriam valorizados.
- É inegável o papel central do edificado no que respeita ao cumprimento dos objetivos em matéria de energia e clima e à redução da pobreza energética. Neste sentido, a prioridade da eficiência energética, alinhada com a descarbonização, a promoção das fontes de energia renovável e a eficiência de recursos tem de passar necessariamente por um programa de reabilitação do edificado em Portugal e estar ainda mais refletido na reprogramação do PRR. Na proposta em consulta, vemos como positiva a maior dotação financeira para os investimentos associados.
- Atualmente, somos confrontados com uma nova visão sobre o parque imobiliário, encarando os edifícios, tradicionais utilizadores passivos de energia, como potenciais participantes no sistema energético, através da ativação de energia térmica incorporada nos mesmos. A indústria do cimento e do betão pode contribuir para a transformação dos edifícios em agentes ativos do sistema que fornecem energia para redes inteligentes e facilitam a acomodação de fontes diversas de energia limpa, nomeadamente as renováveis. Para

Associação Técnica da Indústria de Cimento
Rua Central Park, Edifício 3, N.º 6, 4º C – 2795-242 Linda-a-Velha
Tel: + 351 21 351 08 30 - Fax: +351 21 351 08 38 - E-mail: cimento.atic@atic.pt
www.atic.pt

potenciar o contributo da cadeia de valor do cimento e do betão é essencial que as políticas públicas contemplem uma abordagem de ciclo de vida ao ambiente construído, considerando o potencial de eficiência energética e neutralidade carbónica nas fases de projeto, construção, utilização, renovação e demolição dos edifícios. Será necessário garantir eficiência no processo de normalização, com o restabelecimento de um quadro de estabilidade que permita a adoção de normas harmonizadas e que acompanhe a inovação tecnológica e de produto. Aqui, também os contratos públicos serão importantes se considerarem e promoverem a utilização de produtos sustentáveis, inovadores e descarbonizados, por via da especificação em cadernos de encargos, como é o caso dos novos tipos de cimentos com baixo teor de carbono.

- Ainda no que aos Investimentos respeita, destacamos pela positiva a importância dada às Agendas / Alianças Mobilizadoras. No entanto, registamos que o atual reforço visa apenas acomodar e assegurar o financiamento das Agendas já classificadas com avaliação favorável e selecionadas. Dado o impacto que esta medida tem ao nível da colaboração entre o tecido empresarial e o meio científico tecnológico com reflexo na capacidade transformadora da economia, julgamos que poderíamos ser ainda mais ambiciosos no que às Agendas respeita, possibilitando um novo processo de seleção de candidaturas com a respetiva dotação financeira.
- É, também, com naturalidade que se assiste ao reforço da dotação financeira destinada à descarbonização da Indústria, apoiando diretamente as empresas na transição das suas operações para uma economia neutra em carbono e circular. No entanto, o reforço de recursos agora previsto poderá ficar aquém do desejado. Para além de que se destina exclusivamente às PMEs. Consideramos que as grandes empresas, à partida aqui desconsideradas, deverão poder captar verbas adicionais em Programas complementares que financiem os investimentos necessários para enfrentar os enormes desafios em termos de descarbonização, digitalização, I&D&I, internacionalização, e também de formação de ativos uma vez que as grandes empresas assumem neste âmbito um papel fulcral na resposta que será dada ao enorme desafio de descarbonizar a economia.
- Acreditamos que, para além do hidrogénio, os combustíveis renováveis de origem não biológica devem ser encarados como uma solução alternativa e complementar à mobilidade elétrica, em particular para os setores marítimo e da aviação, por forma a alavancar a descarbonização dos consumos e promover o aumento o consumo de fontes renováveis de energia. Aqui, as tecnologias de captura, armazenamento e utilização do CO_2 (CCUS) poderão desempenhar um papel importante, para além do carácter essencial que assumem na descarbonização de setores cujas emissões de processo se revelam de difícil redução. Parte das emissões estacionárias de CO_2 capturado em instalações industriais poderá ser combinada com o hidrogénio verde para a fabricação de combustíveis renováveis de origem não biológica e de outros produtos químicos, sendo-lhe assim atribuída uma finalidade - ao contrário do armazenamento geológico permanente, esta solução permite explorar o carbono capturado para a produção de novos produtos criando uma atividade económica.
- Neste âmbito, impõe-se a definição de um quadro de financiamento bastante expressivo e integrado para fazer face a elevados riscos tecnológicos destas tecnologias (contemplando

Associação Técnica da Indústria de Cimento
Rua Central Park, Edifício 3, N.º 6, 4º C – 2795-242 Linda-a-Velha
Tel: + 351 21 351 08 30 - Fax: +351 21 351 08 38 - E-mail: cimento.atic@atic.pt
www.atic.pt

também a construção da respetiva infraestrutura de transporte CO_2) e outras tecnologias disruptivas vitais.

- As intervenções previstas no domínio dos transportes e respetivas infraestruturas são essenciais para o futuro do país. No entanto, estas devem-se coadunar com as necessidades efetivas do país, de modo a tornar o país mais coeso, competitivo, resiliente e independente energeticamente de combustíveis fósseis.
- Saúda-se a aposta no reforço da investigação e inovação. No entanto, devemos também atender às necessidades decorrentes das estratégias das empresas para a sua inovação e capacitação para contribuir desta forma na consecução das metas económicas, sociais e climáticas nacionais e europeias, sejam elas pequenas, médias ou grandes empresas. Deve-se dinamizar o investimento empresarial em processos de inovação produtiva, visando o desenvolvimento de novos produtos e processos de produção. Neste âmbito, revelar-se-á fulcral ter um quadro regulatório de promoção da utilização de novos produtos como os novos tipos de cimento com menor pegada de carbono.

Sobre a ATIC

A ATIC - Associação Técnica da Indústria de Cimento, tem como associadas a CIMPOR e a SECIL. Foi criada na década de 60 para promover uma melhor utilização do cimento, e ao seu cariz técnico e científico acresceram aspetos institucionais e de representação da indústria cimenteira nacional. A Indústria Cimenteira é fundamental para a economia local e nacional com um elevado efeito multiplicador na economia: estima-se que por cada euro de valor acrescentado na fileira de cimento e betão são gerados cerca de 3 euros na economia, efeito particularmente relevante para a economia local dado esta indústria estar sedeada longe dos centros urbanos. O setor emprega, direta e indiretamente, 5.100 pessoas, e as suas exportações representaram 1,8 mil M€ entre 2005 e 2020, contribuindo assim para o equilíbrio da Balança de Pagamentos. Neste período, a indústria procedeu a investimentos significativos - 209M€ - em medidas de redução do impacto ambiental e em Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) que se materializaram numa redução superior a 14% nas emissões específicas de CO_2 por tonelada de cimento desde 1990. Em março de 2021, apresentámos o Roteiro da Indústria Cimenteira para a Neutralidade Carbónica 2050 no qual estão explícitos o compromisso formal e o nosso alinhamento com as metas de descarbonização e sustentabilidade nacionais estabelecidas no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 do Governo Português, em consonância com os princípios do Pacto Ecológico Europeu, o qual reconhece que certos setores industriais com utilização intensiva de energia, como as cimenteiras, são indispensáveis para a economia europeia, visto fornecerem várias cadeias de valor fundamentais.

Associação Técnica da Indústria de Cimento
Rua Central Park, Edifício 3, N.º 6, 4º C – 2795-242 Linda-a-Velha
Tel: + 351 21 351 08 30 - Fax: +351 21 351 08 38 - E-mail: cimento.atic@atic.pt
www.atic.pt